

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

CADERNO DE ENCARGOS

HASTA PÚBLICA nº 3/2014

**Alienação de maçãs na árvore proveniente do pomar da Quinta da Alagoa da
Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu**

Instituto Politécnico de Viseu

Av^a Coronel José Maria Vale de Andrade,
s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: ipv@pres.ipv.pt

**julho
2014**

Índice

Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

Cláusula 2.^a - Requisitos gerais da alienação

Cláusula 3.^a - Prazo

Cláusula 4.^a – Alienação

Cláusula 5.^a – Preço base do procedimento

Cláusula 6.^a – Condições de pagamento

Cláusula 7.^a – Outros encargos do adquirente

Cláusula 8.^a - Penalidades por incumprimento

Cláusula 9.^a - Sigilo

Cláusula 10.^a – Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.^a – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.^a – Resolução do contrato

Cláusula 13.^a – Prevalência

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a alienação de maçãs na árvore proveniente do pomar existente na Quinta da Alagoa, regendo-se pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, e subsidiariamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, com as necessárias adaptações.

Cláusula 2.ª

Requisitos gerais de alienação

- A proposta deverá discriminar o preço por kg dos grupos de variedades de maçã abaixo referidos.
- Considera-se comercializável a maçã na árvore sem defeitos e cujo calibre seja igual ou superior aos seguintes valores:
 - 50 mm no caso das variedades Bravo e Gala;
 - 60 mm nas restantes variedades.
- A venda será adjudicada na sua totalidade ao concorrente que apresente a proposta com valor global mais elevado.
- Reserva de não adjudicar no caso de valores não aceitáveis pela ESAV (abaixo do valor global base do procedimento).
- A colheita da maçã será por conta do adquirente.
- O vasilhame e o transporte da maçã serão da responsabilidade do adquirente.
- A maçã colhida poderá ser concentrada em local de fácil acesso à viatura indicada pelo adquirente que a irá transportar.
- O carregamento da viatura de transporte da maçã será da responsabilidade do adquirente, para o qual a ESAV imitirá as respetivas guias de transporte.
- A maçã será pesada por variedade em local a definir pela entidade adjudicante na presença de pessoa a definir pela direção da ESAV.
- Quantidades estimadas de produção de maçã:

- Variedades tipo Gala: 1000 kg;
- Variedades vermelhas: 1500 kg;
- Variedades tipo Golden: 1000 kg;
- Variedade Bravo: 1000 kg;
- Outras variedades (Granny Smith, Reineta e Fuji): 500 kg;
- Maçã não comercial para consumo em fresco (para indústria): 2000 kg.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor a partir da data da sua celebração até 31 de outubro de 2014.

Cláusula 4.^a

Alienação

A alienação será efetuada de acordo com o referido na Cláusula 2ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a

Preço base do procedimento

- 1 - O preço base para venda da maçã na árvore será de 1.280,00 € + iva (6%).
- 2 - O preço base é o preço mínimo que o Instituto Politécnico de Viseu dispõe a aceitar pela alienação das maçãs na árvore objeto deste procedimento.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

- 1 - Sempre que for efetuada uma apanha da maçã, deverão ser contabilizadas as quantidades (Kgs), e pagos no **prazo máximo de 30 dias**.
- 2 - As prestações serão liquidadas por transferência bancária, numerário ou através de cheque emitido à ordem do Instituto Politécnico de Viseu.

Cláusula 7.^a

Outros encargos do adquirente

- 1 O adquirente é considerado o único responsável nas seguintes situações:
 - a) Pela apanha da maçã para os vasilhames da sua pertença em datas acordadas atempadamente com o responsável da ESAV ou sempre que a Escola o solicite;
 - b) Pela confirmação e registo das quantidades de quilos de maçãs recolhidas;
 - c) Pela carga e transporte da maçã de acordo com as normas legais em vigor;
 - d) Reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos, causados a terceiros ou ao Instituto Politécnico de Viseu por motivos que lhe sejam imputáveis.
- 2 - São da conta do adquirente todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.
- 3- É também da responsabilidade do adquirente o cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste contrato, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 8.^a

Penalidades por incumprimento

- 1 - Penalidades por violação dos prazos contratuais:
 - a) Se o adquirente não recolher a maçã nas datas previstas acordadas atempadamente ou sempre que a ESAV o solicite, fica sujeito ao pagamento da totalidade da maçã degradada pelos valores unitários contratados, sendo os quilos contabilizados pelo adjudicatário na presença ou não do adquirente.
 - b) Se atingir a penalidade de 25% do valor total previsto da adjudicação, e se entretanto o adquirente não pagar essas penalidades, a entidade adjudicante tem o direito de rescisão contratual sem o prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 2- As penalidades previstas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva notificação para o efeito.
- 3- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.^a

Sigilo

O adquirente garantirá o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade alienante.

Cláusula 10.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual

O adquirente não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade alienante.

Cláusula 12.^a

Resolução do contrato

As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 13.^a

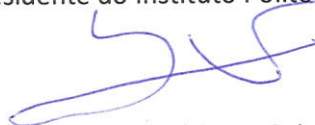
Prevalência

1 - Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos e a proposta do aquirente.

2 - Em caso de dúvidas, prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adquirente.

Instituto Politécnico de Viseu, 16 de julho de 2014

O Presidente do Instituto Politécnico,



Fernando Lopes Rodrigues Sebastião